

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO Nível Superior

Cargo:

ADVOGADO JÚNIOR

CADERNO
1

MANHÃ

Aplicação: 30/4/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — CADERNO 1 — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e cinquenta itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer aparelho eletrônico e(ou) material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Você deverá permanecer **obrigatoriamente** na sala por, no mínimo, uma hora após o início da aplicação das provas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno e(ou) na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/5/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/caixans2006.
- II **3 e 4/5/2006** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/caixans2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **26/5/2006** – Resultado final das provas objetivas e convocação para avaliação de títulos: no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/caixans2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006/NS – SUPES, de 20/2/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/caixans2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Julgue se os seguintes itens estão de acordo com o uso padrão da sintaxe de concordância e de regência e com o emprego do sinal indicativo de crase.

- 9 É preferível falar baixo e com discrição à gritar e prejudicar a relação com a vizinhança.
- 10 Quando duas pessoas estão aborrecidas, custa-lhes perdoar uma à outra.
- 11 Não se esqueça de que o coração dos que se amam entendem-se sem que à boca precise chegar as palavras.

1 Quebrar o círculo vicioso da pobreza significa oferecer oportunidades para as camadas de renda mais baixa da população, sobretudo por meio da educação de qualidade.

4 O Governo Federal vem perseguindo, desde 1995, combater a pobreza estrutural e promover a inclusão social, após ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental.

7 Desenvolvido a partir de iniciativas bem-sucedidas de alguns municípios brasileiros, o Programa Nacional do Bolsa Escola foi criado em 2001 com a proposta de se conceder benefício monetário mensal a milhares de famílias brasileiras em troca da manutenção de suas crianças nas escolas. O dinheiro é pago diretamente à população por meio de cartões magnéticos, nas agências da Caixa Econômica Federal, nos postos de atendimento do Caixa Aqui ou em casas lotéricas.

Internet: <www.mec.gov.br>. Acesso em 20/3/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 12 Não se altera a idéia básica do texto, ao se complementar o sentido do vocábulo “oportunidades” (l.2) com a expressão **de vida melhor**.
- 13 A forma verbal “vem perseguindo” (l.4) possui três complementos diretos: pobreza, inclusão e oferta de vagas.
- 14 Com relação à tipologia textual, o texto, fundamentalmente descritivo, pertence ao gênero propaganda.
- 15 A expressão “iniciativas bem-sucedidas” (l.7) é o sujeito sintático do período que se estende das linhas 7 a 12.

Considerando que a pontuação de um texto tem implicações semânticas, além de restrições sintáticas, julgue os sinais de pontuação empregados nos trechos presentes nos itens a seguir, que tratam da “Missão do Programa Bolsa Escola”.

- 16 Promover a educação das crianças de famílias de baixa renda, assegurando sua permanência na escola, por meio de incentivo financeiro, contribuindo para a melhoria das condições de vida no país, estimular a criação de uma cultura escolar positiva entre as camadas sociais menos favorecidas, recuperar a dignidade e a auto-estima da população excluída, com a esperança de garantir um futuro melhor para seus filhos, por meio da educação, é a missão do Programa Bolsa Escola.
- 17 Há quem considere que a adoção do cartão magnético da CAIXA para recebimento do benefício monetário mensal concedido pelo Programa Nacional do Bolsa Escola, além das vantagens pragmáticas, óbvias, representou ganho na cidadania dos beneficiados.
- 18 Opositores de políticas governamentais assistencialistas, as quais não solucionam os problemas estruturais da sociedade, têm-se rendido à evidência, de que há de se desenvolver, no Brasil, política de curto prazo, que minimize o sofrimento de uma camada da população brasileira.

Texto para os itens de 19 a 29.

A Bolívia ostenta a segunda maior reserva de gás natural do continente e é rica em metais, como zinco, prata e estanho.

A esperança do país está depositada nesses minerais. O Banco Central boliviano prevê que o PIB crescerá 4,1% este ano, em grande parte graças aos projetos de mineração de zinco e prata que serão implementados. Os preços do zinco e prata vêm aumentando nos últimos anos. A prata valorizou-se 39,5% entre 1995 e 2005, atingindo o valor de US\$ 7,24 por onça troy. O zinco subiu 30,5% no mesmo período e atingiu o valor de US\$ 0,61 por libra-peso.

Embora até agora Morales tenha-se centrado nas negociações com as empresas estrangeiras, a fim de obter mais benefícios para o país nos contratos de gás e petróleo, o presidente também jogou o setor de mineração na incerteza ao adiar o processo de ofertas para o desenvolvimento de uma mina que poderia ter as maiores reservas de ferro do mundo, cerca de 44 bilhões de toneladas.

Fiona Smith. *Valor Econômico*. Caderno A, p. 10, 13/3/2006 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir quanto à correta estruturação do período e à manutenção das idéias apresentadas no texto.

- 19 A perspectiva de dias melhores da Bolívia funda-se por suas reservas de petróleo e de gás natural, porquanto esse país adota postura ostensiva perante às empresas estrangeiras.
- 20 Graças aos projetos de mineração postos em funcionamento a dez anos, os preços, seja da prata ou do zinco vêm aumentando, em proporções distintas.
- 21 Conforme Morales, apesar de seus esforços para conquistar mais benefícios para o país, não conseguiu retirar do setor as incertezas que ronda o mercado internacional.
- 22 Devido à grande oferta de gás natural e de minerais, a Bolívia pode ser, ainda, considerada um polo de desenvolvimento energético sul-americano.
- 23 O crescimento de 4,1% do PIB boliviano em 2006 está previsto pelo Banco Central da Bolívia.
- 24 Trata a questão da Bolívia, cujo o exercício de autonomia estatal e de zelo pelas riquezas minerais é modelar.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o atual cenário latino-americano, julgue os itens seguintes.

- 25 A recente eleição de Evo Morales à presidência da Bolívia significou, entre outras singularidades, a chegada ao poder de um representante dos estratos sociais subalternos do país, vale dizer, plantadores de coca e indígenas.
- 26 Considerada um dos mais pobres países da América Latina, a Bolívia dispõe, no entanto, de expressiva quantidade de riquezas minerais, tal como o texto informa. Contudo, a instabilidade política do país impede que capitais internacionais se interessem em explorar essas riquezas, o que em muito reduz as potencialidades econômicas da Bolívia.
- 27 As divergências ideológicas entre os atuais governos da Bolívia e do Brasil, aparentemente incontornáveis, levaram a maior empresa brasileira, a PETROBRAS, a desistir da rentável exploração do gás boliviano, ainda que a decisão tenha resultado em elevados prejuízos para o Brasil.
- 28 No Chile, a vitória eleitoral de Michelle Bachelet, à frente da coalizão de centro-esquerda que governa o país desde a queda da ditadura de Pinochet, sugere a continuidade de uma política econômica que tem dado resultados positivos, relativamente tanto a crescimento quanto à redução das desigualdades sociais.
- 29 Na Venezuela, Hugo Chávez mantém-se no poder, conquanto já tenha sofrido tentativa de golpe de Estado e expressado posicionamento bastante crítico em relação aos Estados Unidos da América (EUA).

O álcool voltou às manchetes dos jornais e às discussões cotidianas do brasileiro. Nos anos 70 do século passado, houve forte estímulo à substituição gradual de parte do consumo de combustível advindo do petróleo pela novidade do álcool como combustível para carros. Mais recentemente, a população foi estimulada a adquirir automóveis do tipo *flex*, que podem utilizar as duas formas de combustível.

Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

- 30** Como parte das preocupações estratégicas de qualquer país, a energia renovável e o combustível alternativo são ganhos atuais do Brasil nesse campo, em que o futuro mundial é imprevisível.
- 31** Há indiferença por parte das grandes corporações internacionais em relação às possibilidades de exploração econômica do álcool como combustível no Brasil.
- 32** O biocombustível, ainda que apresentado como solução de futuro para a ampliação da matriz energética nacional, tem baixas chances de se desenvolver em países com características econômicas semelhantes às do Brasil.
- 33** A histórica dificuldade encontrada pelo Brasil para a extração de petróleo em seu território e em sua plataforma marítima, a despeito dos esforços da PETROBRAS, está na origem da decisão brasileira de investir continuamente na produção de álcool como combustível.

Texto para os itens de 34 a 45.

Parece mentira, mas não é: nos últimos doze anos, o salário mínimo, já contabilizado o valor de R\$ 350,00, cresceu 92% em termos reais (acima da inflação). De 1994 para cá, o valor do mínimo teve incremento real de 5,5% ao ano, um percentual bem superior ao do crescimento anual médio da economia brasileira no mesmo período.

Nesses doze anos, o rendimento médio real dos trabalhadores das regiões metropolitanas encolheu, segundo dados do IBGE. De uma base 100 em 1994, cresceu 21,2% nos três primeiros anos do Plano Real, mas recuou nos anos seguintes. Em 2003, chegou ao fundo do poço (91,9%). Recuperou-se um pouco nos dois anos seguintes, atingindo 94,21% do que era no ano de lançamento do real.

A expansão do mínimo teve forte impacto nas contas da Previdência Social. Em 1994, o governo gastou o equivalente a 4,9% do PIB com o pagamento de benefícios do INSS. Em 2006, a conta deve chegar a 7,9% do PIB. Em números absolutos, isso representa, hoje, algo em torno de R\$ 57 bilhões.

O economista Fábio Giambiagi, do IPEA, calculou qual teria sido o impacto do salário mínimo nas contas do INSS, caso os últimos três governos tivessem reajustado o seu valor de acordo com a inflação. A despesa, claro, teria crescido, mas em ritmo bem menor. A diferença equivale a mais ou menos a arrecadação anual da famigerada CPMF — 1,7% do PIB.

Cristiano Romero. *Valor Econômico*. Caderno A, p. 2, 8/3/2006 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir quanto à correção gramatical e à manutenção de idéias do texto.

- 34** Do primeiro parágrafo, infere-se que o aumento do salário mínimo depende exclusivamente do crescimento da economia.
- 35** O texto informa que, apesar do significativo aumento dos salários mínimos nos últimos doze anos, houveram decréscimos expressivos no rendimento médio dos trabalhadores.
- 36** As contas do sistema de Previdência Social sofreram os efeitos da expansão dos salários, a proporção que os benefícios de aposentados e pensionistas aumentaram.
- 37** As despesas públicas dos três governos derradeiros teria índices inferiores se, e somente se, os salários houvessem sido reajustados segundo a inflação do Continente.
- 38** De acordo com o economista citado, caso o reajuste do salário mínimo fosse feito de acordo com a inflação, o dispêndio do INSS, teria diminuído muito.
- 39** No último parágrafo, o autor do texto propõe que a arrecadação do CPMF norteie o reajuste do salário mínimo.

Tendo o texto anterior como referência inicial e considerando aspectos relevantes da realidade social e econômica do Brasil e do mundo, julgue os itens que se seguem.

- 40** O sistema previdenciário brasileiro é considerado um dos mais avançados do mundo e, graças ao equilíbrio de suas contas, seus gastos não sofrem maiores oscilações ao longo dos anos em relação ao Produto Interno Bruto.
- 41** O salário mínimo foi uma conquista dos trabalhadores obtida à época do governo Vargas, tendo sido estabelecido que seu valor deveria ser calculado considerando-se as necessidades básicas de uma família para a garantia de sua subsistência.
- 42** No Brasil, as reformas da previdência social, implementadas após a promulgação da Carta Magna de 1988, foram aprovadas pelo Congresso Nacional, o que significa dizer que obtiveram consenso entre as forças políticas e segmentos organizados da sociedade.
- 43** Na última década, ao contrário do que ocorria em boa parte do mundo, inclusive na América Latina, o Brasil assumiu posição francamente hostil às reformas ditas neoliberais, razão pela qual o país sofreu pressões de organismos financeiros internacionais, como do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.
- 44** O crescimento do salário mínimo, em termos reais, desde 1994, como informa o texto, é a prova mais evidente de que, a despeito das oscilações da economia brasileira no período, a renda média real dos trabalhadores nos grandes centros urbanos expandiu-se.
- 45** Uma das vantagens de se obter *superavit* primário elevado, como tem feito o Brasil na atualidade, é que o reajuste do salário mínimo, ainda que feito todo ano e acima da inflação do período, não gera impacto nas contas públicas.

Texto para os itens de 46 a 54.

A estrutura financeira mundial é facilmente compreendida pelos governos nacionais dos países periféricos, uma vez que as grandes negociações, como aquelas estabelecidas com o FMI, implicam discussões sobre temas econômicos internos, que, para alguns, pode ser o caso de violação do princípio da soberania nacional. Ao longo de sua trajetória, o FMI pautou-se pela defesa de políticas econômicas ortodoxas que objetivam dar melhor ordenamento às economias nacionais periféricas, mas que, em muitos casos, inibiram o potencial de desenvolvimento. Embora tenha sido utilizado um único exemplo, não há dúvida, neste caso, de que a estrutura financeira mundial condiciona as ações dos mais diferentes países.

Quanto à estrutura de segurança, a influência não é menos evidente. Os países detentores da tecnologia mais avançada na área são os principais responsáveis pelo comércio mundial de armamentos, desenvolvido, muitas vezes, de forma ilícita. Ao vender um produto de sua indústria bélica, o país produtor não vende apenas aquele item, vende a assistência técnica, o treinamento para o uso do armamento e, quiçá, uma determinada visão da “segurança internacional”, dialogando com a estrutura do conhecimento. A atual questão da compra de caças por parte do governo brasileiro, que tem-se arrastado por alguns anos, revela a influência que um eventual fornecedor de caças pode ter sobre a segurança de um país.

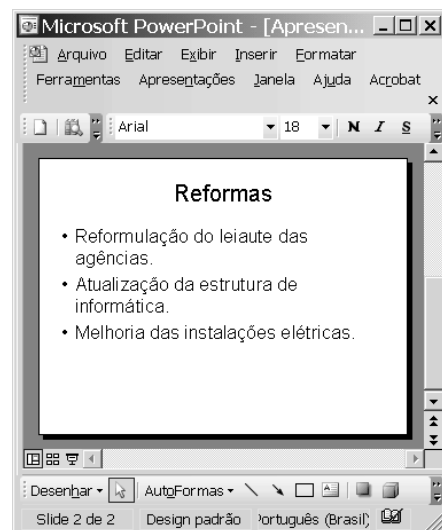
Carlos Eduardo Vidigal. *A nova ordem mundial*. In: Henrique Oliveira e Antônio Lessa. *Política internacional contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 11-2 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às idéias do texto no que concerne às dimensões econômicas e financeiras do contexto internacional contemporâneo.







- 46 As finanças internacionais limitam a área de ação dos governos nacionais.
- 47 Em geral, os países periféricos, apesar dos constrangimentos internacionais e internos erigidos contra os seus pleitos, têm conseguido ampliar e elevar, de forma substantiva, sua presença no processo decisório internacional.
- 48 O Brasil, país que utilizou, nos últimos anos, recursos elevados do FMI para resolver problemas de investimento e acertos de dívida, conseguiu desvencilhar-se dos interesses da banca internacional.
- 49 Segundo vários setores políticos internos dos Estados modernos, a força devastadora dos interesses financeiros internacionais pôs em xeque o princípio de soberania.
- 50 A opção por políticas econômicas ortodoxas é sempre a receita aplicada pelo FMI aos países com os quais mantém acordos.

Relacionando à região amazônica os aspectos comentados no segundo parágrafo do texto, julgue os itens que se seguem.

- 51 A Amazônia brasileira, por se encontrar em área estratégica de amplas fronteiras nacionais e ser uma das mais importantes fontes da biodiversidade global, é região que causa preocupação no campo da segurança nacional.
- 52 O objetivo de preservação da floresta amazônica não é compatível com os planos de desenvolvimento sustentável.
- 53 A proteção, por satélite, do espaço amazônico brasileiro e a implantação de logística de defesa do espaço aéreo são ações preventivas importantes, considerando-se as condições complexas que envolvem os interesses internacionais na região amazônica.
- 54 O fechamento e o policiamento da fronteira brasileira na região amazônica são medidas plenamente eficazes para se evitar que as crises políticas externas e suas conseqüências econômicas, sociais ou humanitárias alcancem o lado brasileiro.



A figura acima mostra uma janela do PowerPoint 2003, com uma *slide* de uma apresentação em processo de preparação. Com relação a essa janela e ao PowerPoint 2003, julgue os itens subsequentes.

- 55 Ao se clicar o botão , o PowerPoint entrará em modo de apresentação de *slides*.
- 56 Ao se clicar o botão , será iniciado processo de impressão dos *slides* na forma de folhetos, que são versões reduzidas do conjunto de *slides* em elaboração e que permitem a impressão de 2, 4 ou 6 *slides* por página.
- 57 Ao se clicar o botão , será inserido, na apresentação, um novo *slide*, em branco, após o *slide* atual.
- 58 Para se aplicar negrito à palavra “Reformulação”, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: aplicar um clique duplo sobre a referida palavra; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar , liberando, em seguida, a tecla .

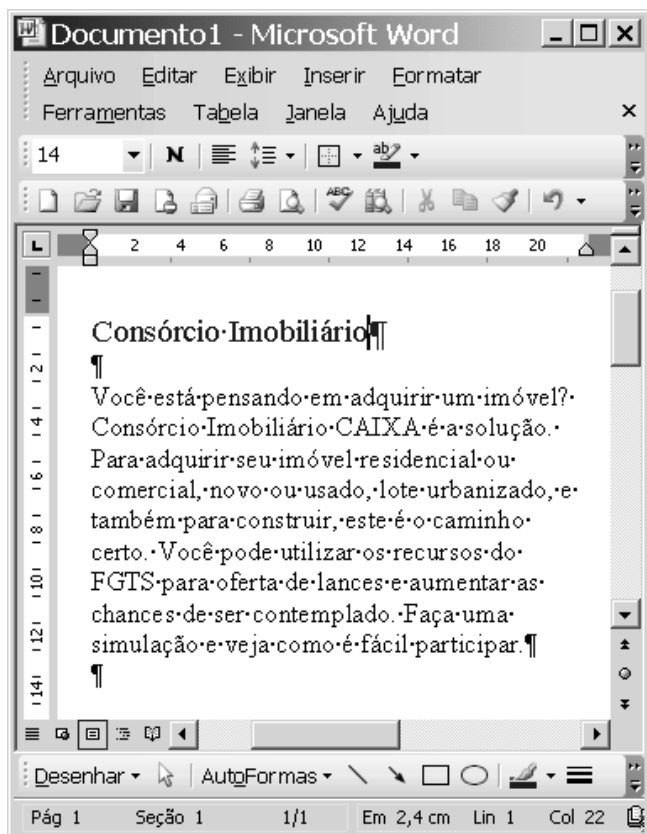


Figura I

Julgue os próximos itens, acerca do Word 2003, considerando a figura I acima, que ilustra uma janela desse aplicativo sendo executada em um computador PC.

59 Sabendo-se que, na situação em que se encontra a janela da figura I, a fonte utilizada no trecho “Consórcio Imobiliário” está definida para cor azul, caso se deseje alterar essa cor para a cor preta, é possível fazê-lo por meio de recursos disponibilizados ao se clicar a seta em .

60 Considere que, ao se realizar determinado procedimento, a janela do Word da figura I seja modificada de modo que parte dela seja visualizada como mostrado na figura II a seguir. Para se obter tal efeito, é suficiente clicar o botão na janela da figura I. Na janela da figura II, caso seja inserido, no campo **Para:**, um endereço de e-mail válido, seja completado o campo **Assunto:** e, a seguir, seja clicado **Enviar uma cópia**, será iniciado processo de envio de mensagem de correio eletrônico que, na forma de arquivo anexado, conterá uma cópia do documento em edição.

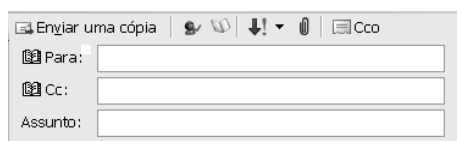


Figura II

61 Considere que, na situação em que se encontra a janela mostrada na figura I, seja realizado o seguinte procedimento:

pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; teclar **Home**; liberar a tecla **Shift**; clicar **N**; clicar na seta em 14; clicar o número 16 na lista numérica disponibilizada em decorrência desta ação. Após a realização desse procedimento, a primeira linha do documento mostrada ficará com a fonte em negrito e tamanho de fonte igual a 16.

62 Ao se clicar a seta em na janela do Word da figura I, será visualizada a ferramenta ilustrada na figura III ao lado, por meio da qual é possível definir o número de células de uma tabela e, caso ela seja inserida no documento em edição, a forma de exibição das bordas dessas células.

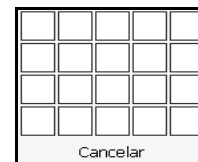


Figura III

63 Considere que, na janela do Word da figura I, as opções mostradas na figura IV ao lado sejam visualizadas ao se clicar o

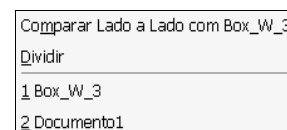
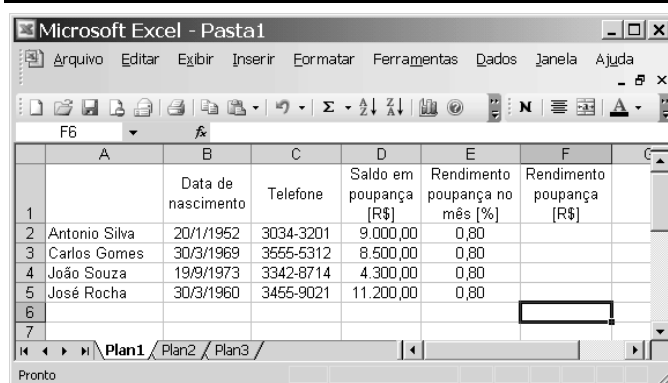


Figura IV

menu **Janela**. Nessa situação, é correto inferir que existem dois documentos abertos na sessão atual de uso do Word e, caso seja clicada a opção **Comparar Lado a Lado com Box_W_3**, esses dois documentos serão apresentados em duas janelas, em primeiro plano, de maneira que os seus conteúdos possam ser comparados.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2003, com uma planilha em processo de edição que contém informações de clientes de uma agência bancária. Com relação a essa janela e ao Excel 2003, julgue os itens que se seguem.

64 Para ordenar os nomes dos clientes em ordem alfabética decrescente, preservando-se a associação correta entre nomes e respectivas informações na planilha, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula A2; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar a célula F5, liberando, então, a tecla **Shift**; clicar .

65 Ao se clicar a seta em , será exibida uma lista de tipos de fontes, tais como *times*, *courier* e *arial*. Ao se selecionar uma dessas opções, o tipo de fonte escolhido será aplicado às células que estiverem selecionadas.

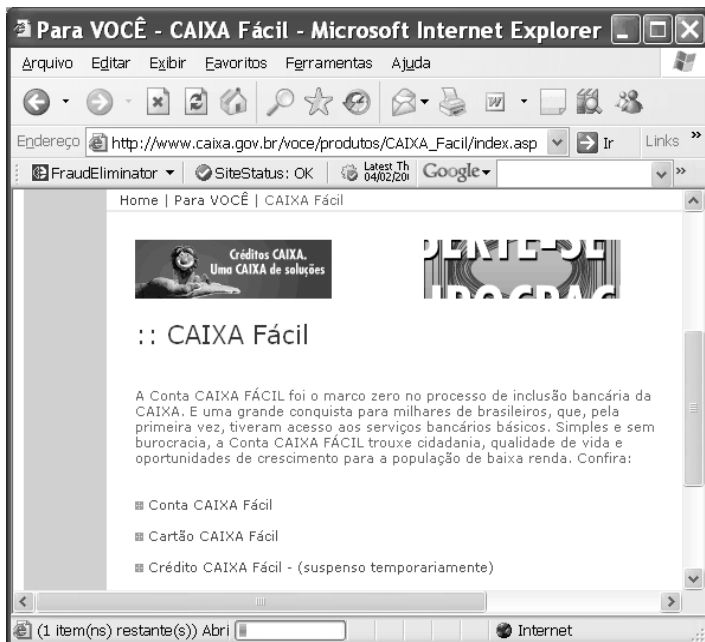


Figura I

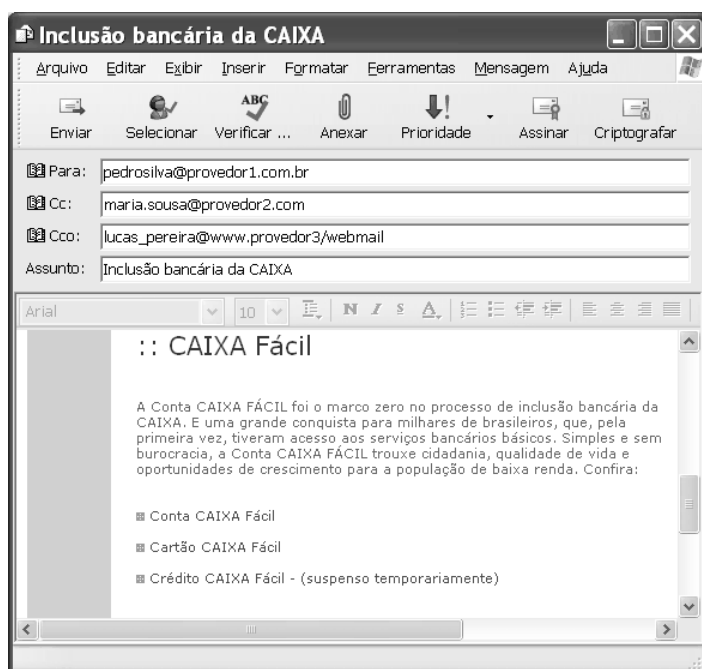


Figura II

Considere que as janelas do Internet Explorer 6 (IE6) e do Outlook Express 6 (OE6) ilustradas, respectivamente, nas figuras I e II acima, estejam em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

66 A informação (1 item(ns) restante(s)) Abri, presente na barra de status da janela do IE6, indica que um processo de carregamento de informações da página web que está sendo visualizada na área de páginas do IE6 estava em execução quando a figura da referida janela foi capturada. Porém as informações constantes na janela do IE6 não são suficientes para se concluir se a página estava sendo carregada pela primeira vez na sessão atual de uso do IE6 ou se um mecanismo automático de atualização de conteúdo da referida página estava em execução.

67 As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que cookies referentes à página que está sendo visualizada foram bloqueados ou restringidos pelo IE6, de acordo com configurações de privacidade previamente realizadas.

68 Os botões Assinar e Criptografar, na janela do OE6, permitem, respectivamente, assinar digitalmente e criptografar a mensagem de correio eletrônico que está sendo editada. Uma mensagem assinada digitalmente permite que os seus destinatários verifiquem a identidade de quem a envia, e o uso de criptografia protege a mensagem contra leitura não-autorizada.

69 No campo CC: da janela do OE6, a informação maria.sousa@provedor2.com desrespeita as regras de endereço de correio eletrônico válido, que estabelecem que o nome do usuário não deve estar separado por “.” (ponto).

70 O conteúdo da mensagem de correio eletrônico constante na janela do OE6 pode ter sido inserido na área de mensagem dessa janela por meio de recursos do IE6 disponibilizados ao ter-se clicado a seta em



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação ao mandado de injunção, julgue os itens que se seguem.

71 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) admite legitimidade ativa *ad causam* aos sindicatos para a instauração, em favor de seus membros ou associados, do mandado de injunção coletivo.

72 Por meio do mandado de injunção, é possível lograr-se o controle concentrado de constitucionalidade de certa norma.

Considerando o processo legislativo brasileiro e o controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

73 Por meio da impetração de mandado de segurança, o parlamentar pode tentar coibir atos praticados no processo de aprovação de leis que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional. Entretanto, quando se trata de emenda constitucional, o mandado de segurança passa a ser incabível.

74 No sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República, sendo possível ao Poder Judiciário realizar controle de constitucionalidade desses atos, após sua incorporação ao ordenamento jurídico.

A respeito dos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

75 Iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao orçamento anual é competência exclusiva da Câmara dos Deputados.

76 É inadmissível a ação direta de inconstitucionalidade contra disposições insertas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois tal norma é individual ou de efeitos concretos, que se esgotam com a propositura e a votação do orçamento fiscal.

77 Os membros do Poder Legislativo podem apresentar emendas parlamentares que importem em aumento de despesa prevista no projeto de lei orçamentária.

Acerca dos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

78 Ato normativo emanado do Conselho Nacional de Justiça prevendo regras que vedam a prática do nepotismo no Poder Judiciário atende a um só tempo o princípio da moralidade, da impessoalidade e da eficiência da administração pública.

79 A regra segundo a qual o Poder Judiciário não pode imiscuir-se no mérito do ato administrativo tem sido cada vez mais flexibilizada, para assegurar, de modo mais efetivo, a verificação da legalidade dos atos administrativos, ainda que se trate de ato discricionário.

80 Quando se tratar de informação que visa subsidiar procedimento administrativo instaurado em defesa do patrimônio público, instituição financeira não pode negar, sob pena de ofensa ao princípio da publicidade, informações relativas a nomes de beneficiários de empréstimos concedidos pela instituição que envolvam recursos subsidiados pelo erário federal, sob invocação do sigilo bancário.

Julgue os itens seguintes, relativos à responsabilidade civil da administração pública.

81 A fixação, por parte do Estado, de preços a serem praticados por uma empresa em valores abaixo da realidade do setor econômico a que essa empresa pertence constitui óbice ao livre exercício da atividade econômica, em desconsideração ao princípio da liberdade de iniciativa. Assim, ocorrendo prejuízos aos particulares em razão da intervenção estatal na economia, pode vir a se configurar a responsabilidade objetiva do Estado.

82 A teoria do risco administrativo, consagrada em sucessivos documentos constitucionais brasileiros desde a Carta Política de 1946, confere fundamento doutrinário à responsabilidade civil objetiva do poder público pelos danos a que os agentes públicos houverem dado causa, por ação ou por omissão.

83 Conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude do comportamento funcional, pode gerar a responsabilização da administração pública.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

84 O tribunal de contas não pode, no exercício do controle externo da administração pública, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, pois tal tarefa cabe apenas ao STF.

85 Não é constitucional a intervenção do Poder Judiciário, com a finalidade de realização de controle jurisdicional, em tema de implementação de políticas públicas, ainda que configurada hipótese de abusividade governamental.

Acerca dos crimes contra a administração pública, dos crimes contra o sistema financeiro nacional e dos crimes de lavagem de dinheiro, julgue os itens a seguir.

86 O Código Penal adotou conceito mais amplo de funcionário público que o Direito Administrativo. Ainda que a pessoa não seja funcionário público, que não esteja investida de um cargo público ou não ocupe emprego público, será considerada, segundo o Código Penal, funcionário público, desde que exerça função pública.

87 Os crimes de lavagem de dinheiro, previstos em lei penal extravagante, compreendem tanto a forma culposa quanto a forma dolosa, tendo o legislador feito expressa referência ao elemento subjetivo em cada tipo penal descrito na legislação em pertinência.

88 Considere a seguinte situação hipotética. Gervásio, procurador federal, aproveitando-se da sua condição de funcionário público e das facilidades a ela inerentes, postulou, junto a um órgão federal de fiscalização de trânsito, a revisão de cálculo e acordo administrativo em nome de terceiro, referente a processo em que atuou como advogado, antes ter ingressado no serviço público, tendo o seu pleito resultado em um depósito de R\$ 3.000.000,00, em conta-corrente do interessado.

Nessa situação, Gervásio praticou o crime de advocacia administrativa, visto que intermediou vantagens para outrem junto à repartição pública, valendo-se do próprio cargo.

89 Todos os crimes contra o sistema financeiro nacional são próprios, uma vez que somente podem ser praticados pelo controlador e pelos administradores da instituição financeira, ou seja, diretores e gerentes.

90 Considere a seguinte situação hipotética.
Marluce, auditora-fiscal com acesso autorizado ao sistema de informática da Receita Federal, inseriu dados falsos no banco de dados daquele órgão, realizando compensação ilícita de débitos de várias empresas, de modo a obter vantagem indevida para si e também para diversos empresários.
Nessa situação, a auditora, entre outros crimes, responderá por inserção de dados falsos em sistema de informação, crime contra a administração pública tipificado no Código Penal.

Considerando o posicionamento doutrinário e jurisprudencial dominante, julgue os itens subseqüentes, relativos à parte geral do Código Penal.

91 Considere a seguinte situação hipotética.
Cláudio, gerente de um banco, sob irresistível ameaça de morte, dirigiu-se à sua agência bancária, fora do horário de expediente e de lá subtraiu vultosa quantia em dinheiro, entregue, posteriormente, ao autor da ameaça.
Nessa situação, Cláudio praticou crime de furto, mas terá a pena atenuada, pois o crime foi cometido sob coação moral irresistível.

92 O erro de tipo é aquele que recai sobre os elementos ou circunstâncias do tipo, excluindo-se o dolo e, por consequência, a culpabilidade.

93 Somente a pena privativa de liberdade admite o *sursis*, não sendo cabível o instituto nas penas restritivas de direitos e na pena pecuniária.

94 A reabilitação atinge todos os efeitos da condenação, alcançando, inclusive, os casos de perda de cargo ou função pública, o que significa que o condenado que perdeu o cargo ou a função pode, se reintegrado, ser reconduzido ao exercício do mesmo cargo, com reparação de vantagens e de vencimentos, entre outros.

95 No que diz respeito à eficácia temporal da lei penal, o término da vigência das leis denominadas temporárias e excepcionais não depende de revogação por lei posterior. Consumado o lapso da lei temporária ou cessadas as circunstâncias determinadoras das excepcionais, cessa, então, a vigência dessas leis.

A respeito da execução fiscal, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens a seguir.

96 A ação de execução fiscal proposta para a cobrança de valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por se tratar de ação oriunda da relação de trabalho, deve ser processada e julgada perante a justiça do trabalho.

97 Nas execuções promovidas pela fazenda pública em que não foi possível, por qualquer motivo, a penhora de bens do executado, pode o juiz, de ofício, determinar a quebra do sigilo bancário do devedor, no interesse exclusivo da credora, como forma de satisfazer o interesse público.

Uma ação ordinária foi ajuizada com o objetivo de se revisar cláusula do contrato de financiamento pelas regras do sistema financeiro da habitação (SFH). Na ação, o autor alega que firmou contrato com o Banco Popular S.A. e que, devido aos índices aplicados de correção das prestações mensais, tornou-se insolvente. O autor requer, então, que seja declarada a nulidade da cláusula contratual que determina o reajuste do saldo devedor e a condenação da parte ré no ônus da sucumbência.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

98 A ação de revisão de contrato de financiamento habitacional deverá ser proposta contra o Banco Popular e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), em litisconsórcio passivo necessário.

99 A justiça federal é a competente para o julgamento dessa ação ajuizada. Entretanto, havendo necessidade de cumprimento de carta precatória para citação e intimação da parte ré em local onde não houver sede da justiça federal, o juiz estadual deverá cumpri-la.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos recursos no processo civil.

100 Após a interposição dos embargos de declaração, ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes e mantém-se em suspenso a eficácia da decisão recorrida, salvo se o recurso for intempestivo.

101 Tratando-se de recurso especial, o prequestionamento é requisito essencial e pressuposto específico, o que significa que a matéria suscitada pela parte sucumbente, em suas razões do recurso, foi apreciada pelo tribunal onde o recurso foi julgado.

102 O provimento do recurso de apelação em que a parte alega a falta de fundamentação da sentença deve ter como consequência a reforma da decisão impugnada, para se julgar procedente ou improcedente a ação.

Acerca de citação, formação e extinção do processo, julgue os itens a seguir.

103 Embora nula, a citação pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu aos autos, para se defender ou alegar a respectiva nulidade; esse suprimento substitui a citação, mas não a convalida.

104 Para se formar validamente uma relação processual, é necessário não estar pendente outra causa igual. Verificada a litispendência, portanto, o novo processo, constituído de maneira inválida, será extinto sem apreciação do mérito, de ofício ou a requerimento da parte.

105 A sentença terminativa que encerra o processo sem julgamento do mérito não faz coisa julgada material nem impede que o autor renove a propositura da ação, exceto quando a extinção tiver sido decretada por reconhecimento de litispendência, coisa julgada ou preempção.

Com relação a direito das sucessões, julgue os itens seguintes.

- 106** Se determinada pessoa renunciar a herança em benefício do monte, a parte renunciada passa automaticamente aos herdeiros necessários do renunciante, que herdam por estirpe. Se o renunciante for o único da classe, devolve-se a parte renunciada aos herdeiros da classe subsequente, que herdam por cabeça.
- 107** Os herdeiros são investidos na posse e adquirem a propriedade pelo simples fato da morte do autor da herança. Assim, quando o direito real se constitui por *causa mortis*, a posse e a propriedade dos bens que compõem a herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros, sem que haja necessidade ou intenção de o herdeiro ter a coisa como sua, ou de possuí-la ou de tê-la fisicamente apreendida.

Acerca do direito das obrigações e dos contratos, julgue os itens a seguir.

- 108** Na obrigação de dar coisa incerta, o devedor deve responder pelos prejuízos suportados pelo credor, decorrentes da perda ou deterioração da coisa, mesmo que não tenha ocorrido a escolha, exceto se conseguir provar que o cumprimento da obrigação tornou-se impossível em virtude de força maior ou caso fortuito.
- 109** Considere que uma cláusula que prevê a perda total da quantia paga pelo devedor inadimplente seja inserida no contrato de compra e venda a prestações. Nessa situação, a cláusula é corretamente denominada multa cominatória, inserida no contrato com a finalidade de garantir alternativamente o cumprimento da obrigação principal.
- 110** O princípio da boa-fé objetiva impõe o dever de cumprir a obrigação principal e várias obrigações acessórias, entre elas, a obrigatoriedade de o contratante fornecer ao outro todas as informações necessárias para que este possa formar opinião esclarecida quanto a firmar ou não o contrato.
- 111** Uma obrigação é solidária quando, em virtude de um mesmo dano, um sujeito apresenta-se como responsável perante o lesado por ato ilícito, outro, pelo risco que lhe seja imputável e um terceiro, pela infração de um dever contratual de diligência. Assim, não há necessidade de que, para ser solidária, a obrigação baseie-se em uma mesma causa ou fundamento jurídico.
- 112** As obrigações reais, ou *propter rem*, são as que derivam da vinculação de alguém a certos bens sobre os quais incidem ônus reais, bem como deveres decorrentes da necessidade de se manter a coisa.

Em relação ao direito das coisas, julgue os itens que se seguem.

- 113** Ocupação é modo originário de aquisição de bem móvel ou imóvel que consiste na tomada de posse da coisa, sem oposição do dono, com a intenção de se assumir a propriedade pela tradição ou pelo usucapião.
- 114** O proprietário de imóvel que se tornar encravado parcialmente em virtude de construção por ele edificada, objetivando a exploração econômica do imóvel, tem direito de exigir do vizinho que lhe deixe passagem, comunicação com via pública, mediante pagamento de indenização.
- 115** Na alienação fiduciária em garantia, dá-se a transferência do domínio do bem móvel ao credor, em garantia do pagamento, permanecendo o devedor com a posse direta da coisa.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

- 116** Antônio é empregado da CAIXA e exerce a função de técnico bancário. Nessa situação, em virtude de a CAIXA ser considerada instituição financeira, Antônio não está submetido às normas especiais de condições de trabalho dos bancários.
- 117** Felipe trabalha para a pessoa jurídica Alfa, desde janeiro de 2004. Durante o período aquisitivo de férias, Felipe, injustificadamente, faltou ao serviço 4 vezes. Nessa situação, Felipe terá direito a 26 dias de férias apenas.
- 118** Pedro, empregado da CAIXA, ocupava inicialmente o cargo de técnico bancário e recebia salário de R\$ 1.200,00. Após dois anos nessa função, Pedro foi nomeado para a função de gerente de conta, passando a receber gratificação equivalente a 50% do salário de seu cargo efetivo. Nessa situação, Pedro não terá direito ao recebimento de adicional de horas extraordinárias, salvo se sua jornada for suplementada em mais de 2 horas.
- 119** João teve seu contrato individual de trabalho, que mantinha com a pessoa jurídica Beta, rescindido em 15 de março de 2006. A remuneração de João era de R\$ 2.000,00. No ato da homologação do termo de rescisão do contrato de trabalho, realizado perante o sindicato da categoria, foi feita compensação de débitos trabalhistas de João para com a Beta no valor de R\$ 3.450,00. Nessa situação, a referida compensação deve ser considerada nula.
- 120** Henrique, empregado da pessoa jurídica Gama, recebeu antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso-prévio. Nesse caso, o empregador de Henrique não está obrigado a recolher a contribuição para o FGTS incidente sobre o pagamento do aviso-prévio devido.
- 121** O sindicato de determinada categoria profissional, verificando a existência de conflito de interesses entre a pessoa jurídica Delta e seus empregados, propôs negociação coletiva para tentar dirimir a questão. A Delta, por entender que a questão deveria ser resolvida internamente, recusou a proposta de negociação. Nesse caso, o referido sindicato deverá comunicar a recusa da Delta à Delegacia Regional do Trabalho competente, para a convocação compulsória.
- 122** Em 17 de fevereiro de 2006, Adalberto ajuizou reclamação trabalhista em desfavor de sua antiga empregadora, a CAIXA, e deu à causa o valor de R\$ 5.000,00. Nessa situação, a reclamação trabalhista aforada não deve ser submetida ao procedimento sumaríssimo.
- 123** Determinado Tribunal Regional do Trabalho, ao julgar dissídio coletivo instaurado entre o sindicato de certa categoria profissional e a pessoa jurídica Ômega, estabeleceu novas condições de trabalho e estendeu a eficácia dessa decisão, de ofício, a todos os empregados da mesma categoria profissional, compreendidos em sua jurisdição. Nessa situação, para que a extensão da decisão seja plenamente eficaz, é necessária a concordância de 3/4 dos empregados e de 3/4 dos empregadores abrangidos pela respectiva decisão, ou dos respectivos sindicatos que representem toda a referida categoria profissional.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no Direito Tributário.

- 124** Determinada lei estadual, de 20/4/1999, estabelecia a incidência de multa moratória pelo pagamento em atraso do ICMS em montante equivalente a 30% do valor do débito corrigido monetariamente. Lei estadual posterior, publicada em 12/9/2004, reduziu o valor da multa moratória para 20% do valor do débito corrigido. Nessa situação, caso João tenha sido multado após 12/4/2004, com base na legislação anterior e em ato definitivamente julgado, a lei posterior deve ser aplicada.
- 125** A pessoa jurídica Alfa encerrou suas atividades e alienou seu estabelecimento empresarial para a pessoa jurídica Beta, a qual continuou a exploração da respectiva atividade empresarial, sob outra razão social. Nesse caso, a Beta responderá integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento empresarial devidos até a data da alienação.
- 126** Determinada lei estadual estabeleceu condições e requisitos para a concessão de isenção do ICMS. A pessoa jurídica Gama apresentou requerimento perante autoridade administrativa competente fazendo prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos para a sua concessão. A referida autoridade, ao analisar o requerimento, deferiu o pedido, concedendo a isenção em 15/4/2004. Entretanto, a referida lei foi revogada em 20/3/2006, tornando ineficaz o ato administrativo que deferiu a isenção à Gama. Nessa situação, o referido tributo somente poderá ser cobrado à Gama no exercício financeiro seguinte ao que foi revogada a referida lei.
- 127** Um município instituiu taxa de conservação de estradas de rodagem, sendo fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora de sua zona urbana, dentro dos limites do referido município. Nesse caso, com base na ordenação normativa vigente, é possível concluir que esta exação é inconstitucional.
- 128** Um condomínio celebrou contrato com vigência de 1 ano a partir de 12/7/2005 com a pessoa jurídica Delta para a prestação de serviços de conservação e limpeza das partes comuns do edifício. A pessoa jurídica Delta não recolheu a contribuição previdenciária relativa aos seus empregados no exercício de dezembro de 2005. Posteriormente à ocorrência do fato gerador do referido tributo, foi editada norma atribuindo responsabilidade tributária solidária, pelo pagamento dos débitos tributários da Delta, do referido condomínio. Nessa situação, com base na ordenação normativa vigente, a autoridade administrativa competente deve aplicar a nova norma para proceder ao lançamento tributário.
- 129** A Fazenda Nacional ajuizou ação executiva fiscal em desfavor da pessoa jurídica Ômega. Devidamente citada, a Ômega não pagou nem apresentou bens a penhora no prazo legal. A Fazenda Nacional, após diversas diligências, não localizou bens penhoráveis pertencentes à Ômega. Nessa situação, o juiz competente para a ação de execução fiscal deverá determinar a indisponibilidade dos bens e direitos da Ômega, comunicando sua decisão a diversos órgãos, entre os quais se incluem os cartórios de registro público de imóveis.
- 130** Determinada lei estadual estabeleceu como um dos requisitos para a concessão de isenção tributária a prova de quitação do tributo ao qual se aplicará a isenção, a ser apresentada por meio de certidão negativa. A pessoa jurídica X não apresentou certidão negativa, mas certidão emitida pela própria Secretaria de Fazenda, em que constava a existência de ação executiva em que fora efetivada penhora de bens pertencentes à executada, para garantia do juízo. Nessa situação, com base na legislação de regência, é possível afirmar que X cumpriu o requisito em comento.

Cada um dos seguintes itens apresenta uma situação hipotética relativa a empresários e a estabelecimentos empresariais, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 131** Os sócios de Tom Tecidos Ltda., pessoa jurídica atuante no ramo de fabricação de tecidos, descontentes com a concorrência local, optaram pela mudança de ramo de atividade e pelo exercício da nova empresa em outra unidade da Federação. Antes da mudança, alienaram o estabelecimento empresarial — todos os bens materiais e imateriais pertencentes à sociedade — para uma de suas concorrentes. Nessa situação, atendendo ao ordenamento jurídico pátrio, esse ato de alienação do estabelecimento empresarial, para ter validade perante terceiros, deve ter sido formal, averbado à margem da inscrição da Tom Tecidos Ltda. na junta comercial competente, no registro público de empresas mercantis e publicado na imprensa oficial.
- 132** Isidório, aos 13 anos de idade, herdou ações de determinada sociedade em comandita por ações, em decorrência do falecimento de seu avô, acionista majoritário. Nessa situação, Isidório poderá participar como acionista da sociedade em comandita por ações, desde que as ações herdadas estejam totalmente integralizadas, devendo ser também representado, em sua condição de acionista, por genitor ou tutor.

Acerca da disciplina legal que rege as sociedades dependentes de autorização e a fusão das sociedades empresárias, julgue os itens que seguem.

- 133** No Brasil, algumas sociedades empresárias se submetem à autorização de funcionamento do poder executivo federal, como as que atuam nos seguintes ramos de atividade: planos de saúde, fabricação de eletrodomésticos, seguros e aplicações financeiras.
- 134** Considere a seguinte situação hipotética.
Os sócios de duas sociedades empresárias que atuam no ramo de prestação de serviços de segurança armada e desarmada deliberaram pela fusão de sociedades, visando à contenção de gastos e ao fortalecimento da nova sociedade no mercado.
Nessa situação, em ato preparatório à fusão, deverão ser nomeados peritos para avaliar o patrimônio líquido de cada uma das sociedades e, em assembléia geral de todos os sócios, devem ser apreciados os laudos periciais, ocasião em que os sócios votarão os laudos de avaliação correspondentes à sociedade de que fizerem parte.

Julgue o item seguinte, relativo a contrato de franquia.

- 135** Um dos mais importantes contratos mercantis é o contrato de franquia, que se subdivide em duas modalidades: franquia de marca e de produto e *business format franchising*. Se determinado empresário desejar explorar atividade de revenda de combustíveis, sustentando bandeira já consolidada nesse ramo de atuação, deverá firmar contrato de franquia de marca e de produto em que o franqueador ceda ao franqueado o direito de uso da sua marca para a venda de produto de maneira exclusiva e a ela relacionado.

O cheque é o título de crédito mais conhecido e utilizado no mercado. Com relação à sua disciplina, julgue a assertiva apresentada após a situação hipotética descrita no item a seguir.

136 Ana celebrou com Jorge contrato de compra e venda de determinado automóvel. Acordaram que o pagamento seria efetivado em duas parcelas iguais e sucessivas de R\$ 8.500,00 cada uma delas e, para tanto, Ana firmou duas cédulas de cheque, nominais a Jorge. O primeiro foi compensado, mas o segundo não foi, por insuficiência de fundos, tendo ocorrido a prescrição da ação executiva em 13/7/2005. Nessa situação, Jorge ainda poderá ajuizar contra Ana ação de enriquecimento sem causa, no prazo de 5 anos, ou seja, até o dia 12/7/2010.

Tendo por base as disposições que regem as relações de consumo, julgue as assertivas apresentadas após a situação descrita em cada um dos itens subseqüentes.

137 Tiago ajuizou ação de reparação de danos contra o fabricante de um eletrodoméstico adquirido com defeito que o tornava impróprio para o uso. No curso do processo, verificou-se que a pessoa jurídica não possuía bens e que se encontrava inativa em razão da má gerência realizada pelos sócios administradores. Nessa situação, o juízo competente poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade empresária fabricante do eletrodoméstico visando assegurar a reparação dos danos sofridos por Tiago.

138 Após acidente automobilístico, Jonas deixou seu automóvel em uma concessionária para a feitura de orçamento. Ao final do mesmo dia, voltou à concessionária e verificou que seu veículo já estava quase totalmente consertado. Nessa situação, como os preços cobrados pela concessionária são os costumeiros do mercado, esta pessoa jurídica agiu em conformidade com as normas que regem as relações de consumo, ao efetuar prontamente o conserto no automóvel de Jonas.

Julgue os próximos itens, acerca da disciplina que rege a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

139 Considere a seguinte situação hipotética.

Lia e Zilda são sócias de pequeno salão de beleza cujo contrato social não foi inscrito no registro público de empresas mercantis.

Nessa situação, caracterizada a impontualidade da sociedade, com posterior requerimento e decretação de falência, essa decisão acarretará também a falência de Lia e de Zilda, que ficarão sujeitas aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade formada entre as sócias.

140 O deferimento do pedido de recuperação judicial a determinada sociedade operadora de plano de assistência à saúde está condicionado à demonstração de que esta não vinha obtendo o referido benefício há menos de 5 anos.

Julgue os itens seguintes, a respeito das normas que regem o sistema financeiro de habitação, a CAIXA e o programa de arrendamento residencial.

141 O sistema financeiro de habitação, integrado exclusivamente pelo Banco Nacional da Habitação e pelas sociedades de crédito imobiliário, tem como objetivo promover a aquisição da casa própria pela população de baixa renda.

142 A CAIXA, pessoa jurídica de direito privado, é competente para elaborar seus próprios estatutos, os quais dependerão de aprovação do Banco Central do Brasil para que adquiram força normativa.

143 A CAIXA, com o objetivo de operacionalizar o programa de arrendamento residencial para atendimento exclusivo da necessidade de moradia da população de baixa renda, dispõe de fundo financeiro constituído pelos bens e direitos adquiridos no âmbito do referido programa, os quais não se comunicam com o patrimônio da CAIXA.

Quanto às normas que disciplinam as licitações, as parcerias público-privadas e os atos de improbidade administrativa, julgue os itens que seguem.

144 Considere que determinada entidade pública estadual cuja primacial atividade seja a administração do patrimônio histórico e cultural da sua região precise contratar pessoa jurídica especializada para promover, em uma antiga catedral, trabalho de restauração de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada. Nessa situação, a entidade administrativa estará dispensada de deflagrar procedimento administrativo licitatório.

145 Para realizar obra pública em rodovia federal, com pagamento de tarifa por parte dos usuários da rodovia e contraprestação pecuniária por parte do parceiro público, a União poderá firmar contrato de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, com pessoa jurídica de direito privado, desde que o valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00.

146 Considere a seguinte situação hipotética.

Berenice, servidora pública federal e presidente de comissão de licitação, deixou de praticar ato de ofício ao negar publicidade a resultado de licitação na modalidade de tomada de preços.

Nessa situação, mesmo que não tenha havido qualquer prejuízo ao erário, Berenice estará sujeita às penas da lei pela prática de ato de improbidade administrativa.

Acerca do FGTS, julgue o item abaixo.

147 As universidades particulares filantrópicas devem efetuar depósitos relativos ao FGTS no valor correspondente a 8% da remuneração paga ou devida a cada trabalhador. Esses depósitos devem ser feitos até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada. São indevidos, contudo, os depósitos relativos ao FGTS nos casos em que o trabalhador estiver licenciado por acidente de trabalho.

Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética que, seguida de uma assertiva a ser julgada, refere-se às normas que regem o sigilo das operações de instituições financeiras, o juizado especial federal e as execuções fiscais.

148 A Polícia Federal instaurou inquérito policial para apurar crime contra a administração pública, de malversação de recursos públicos, praticado por servidor público federal, no exercício de suas funções. Nessa situação, poderá ser decretada a quebra do sigilo bancário do servidor público, objetivando apurar-se a prática do crime contra o erário, mesmo que o inquérito policial esteja em sua fase inicial.

149 José ajuizou ação de revisão de benefício previdenciário, perante o juizado especial federal, contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal. O juízo competente julgou totalmente procedente o pedido do autor. Nessa situação, o INSS terá prazo em dobro para apresentar recurso de apelação, ou seja, 20 dias.

150 Fernando deve à fazenda pública o montante de R\$ 78.000,00 e, antes do advento do termo final do prazo prescricional, o Estado moveu ação de execução fiscal, com o fito de receber o valor devido. Nessa situação, Fernando será citado, necessariamente por oficial de justiça, para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida acrescidas de juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou poderá garantir a execução, caso deseje opor embargos.